



Jornal do

FEDERAL

Jornal do Conselho Federal de Psicologia - ANO XV Nº 62 - MARÇO / 2000

Direitos Humanos

9 Seminário Nacional em Brasília
homenagea D. Paulo Evaristo Arns

5 Planos de saúde ainda não cobrem
serviços de psicólogos

10

CFP denuncia corporativismo médico

12 & 13

Corrupção e drogas desestabilizam
cada vez mais o país

Encarte Especial

Psicologia e Compromisso Social: leia sobre a I Mostra

PRESIDENTE
Ana Mercês Bahia Back

VICE-PRESIDENTE
Marcos Ribeiro Ferreira

SECRETÁRIA-GERAL
Iana Celi Silva Bezerra

TESOUREIRO
José Carlos Tourinho e Silva

**SECRETÁRIO
DE COMUNICAÇÃO**
Sérgio Antônio da Silva Leite

**SECRETÁRIA
DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA**
Carmem Rodrigues Paulino

**SECRETÁRIO
DA REGIÃO NORTE**
João Bosco de Assis Rocha

**SECRETÁRIA
DA REGIÃO NORDESTE**
Laeuza Lúcia da Silva Farias

**SECRETÁRIA
DA REGIÃO CENTRO OESTE**
Maria de Lourdes Jeffery Contini

**SECRETÁRIO
DA REGIÃO SUDESTE**
Ricardo de Figueiredo Maretzsohn

**SECRETÁRIA
DA REGIÃO SUL**
Ana Luiza Souza Castro

SUPLENTE
Adelaide Borges Oliveira
Alvaro Luiz de Aguiar
Ana Maria Jacó-Vilela
Ernesto José dos Santos
Julietta Arsêno
Marcos Vieira Silva
Marcus Vinícius de Oliveira Silva
Maria Marques Rodrigues Sátiro
Marita Elizabeth de Souza
Rosa Maria Benedetti Albanezi

COORDENADOR EDITORIAL
Sérgio Antônio da Silva Leite

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Janete Saud - Reg. Prof. 98520-RJ
Profissionais do Texto Ltda
e-mail: profissionaisdotexto@yahoo.com.br

EDITORES
Janete Saud / Sérgio Cross

REPÓRTER
Marcio Vieira

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Zus! Soluções integradas - 61 2344557
zus@abordo.com.br

TIRAGEM
106 mil exemplares - Distribuição gratuita

IMPRESSÃO
Comunidade Editora Ltda

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SRTVN Edifício Brasília Rádio Center s/4024
CEP 70719 900
Tels. 61 3281814 - 328 1946
Fax. 61 3281728
E-mail: federal@rudah.com.br
Home page: <http://www.psicologia-online.org.br>

Editorial

E o ano 2000 chegou!

Quantos de nós não pararam para contar a idade que teríamos no ano 2000? Queríamos saber se seria possível chegar a viver este momento.

E cá estamos nós. Com muitas tarefas e sonhos para realizar. Iniciamos, assim, nosso primeiro número do Jornal do Federal com cara nova e muitos planos.

Mudamos para estar mais perto e melhorar nosso diálogo com vocês, psicólogos. Mudamos para marcar uma nova etapa em nossa gestão. E esperamos que gostem.

Quantos aos nossos planos...

Durante janeiro e fevereiro, toda a direção do Conselho Federal de Psicologia trabalhou no planejamento estratégico para nossos próximos dois anos de gestão. Enfrentaremos, como problema central, a fragilidade institucional do CFP, trabalhando para torná-lo mais democrático, ágil, eficiente e atento às transformações das relações da Psicologia com a sociedade.

Desenvolveremos, para isto, projetos que buscam: melhorar nosso modelo de gestão; qualificar os Conselheiros do sistema para a tarefa de gerir a entidade; melhorar as parcerias institucionais que temos construído; interferir no compromisso da Psicologia, enquanto ciência e profissão, com a sociedade brasileira; e ampliar o cuidado que temos tido com o exercício profissional, contribuindo para que a Psicologia tenha uma inserção social crítica e transformadora.

Queremos um Conselho ousado na execução de sua tarefa de regulamentar a profissão.

Um Conselho forte no trabalho de fazer avançar o compromisso social da Psicologia. Estes são nossos desejos. Estas são nossas urgências.

CARTAS

Sugiro que as dimensões das letrinhas usadas na coluna "Internautas", do "Jornal do Federal", sejam maiores, para que possam atingir um maior número de interessados.

Lucia Maria Dantas Gomes
(CRP 05/5253)

Esperamos que o novo projeto gráfico esteja de seu agrado...

Gostaria de saber se vocês têm disponível uma listagem de endereços de todos os cursos de Psicologia do país. Desde já agradeço.
Cristiano Carneiro - Psicologia UFSC

Você receberá a lista por e-mail

O Jornal do Federal inaugura a partir desta edição uma nova fase gráfica e editorial. O novo projeto gráfico privilegia os recursos visuais, como ilustrações, e incorpora fotos, o que melhora a apresentação do jornal e facilita a leitura. Outra característica é que se trata de um projeto flexível. Poderá receber outras contribuições, de modo a se tornar cada vez mais agradável a seus leitores. Portanto, esperamos contar com sugestões e comentários para que possamos atingir este objetivo.

Os Editores

Trabalho numa cidade do interior do RS e aqui ainda são poucos os psicólogos que estão utilizando a Internet, por isso as informações do jornal são preciosas! Sigo a linha psicanalítica e atendo principalmente crianças com problemas de aprendizagem, mas me interesso por tudo o que diga respeito à área clínica. Parabéns pelo trabalho e pela iniciativa.

Elizaura Morillos - CRP 07/05792

Agradecemos a atenção

Cartas para o Jornal do Federal podem ser enviadas para o endereço que consta ao lado, no expediente, ou para o e-mail ascom@rudah.com.br

Governo Federal trata saúde com descaso

A Conferência Nacional de Saúde pode não acontecer este ano. A seis meses da data prevista para o encontro, que vai avaliar os últimos quatro anos de aplicação das políticas de saúde e discutir as novas diretrizes a serem seguidas pelo Governo Federal, o Ministério da Saúde não divulgou oficialmente a convocação.

“Devemos incentivar a participação dos psicólogos em todos os níveis e assuntos da Conferência”

A demora, segundo integrantes do Conselho Nacional de Saúde, deve-se à resistência de setores do Ministério, ligados ao ministro José Serra, a respeito do tema da Conferência: “Aprofundando o Controle Social”, que vai discutir, entre outros assuntos, o papel e a competência dos Conselhos de Saúde dos Estados e Municípios. “Se até abril não houver convocação, a Conferência corre o risco de não sair do papel”, alerta Temístocles Marcelos Neto, representante dos profissionais de saúde no CNS.

Para Temístocles, que integra o grupo de trabalho da Conferência, o atraso do Ministério pode prejudicar a realização das conferências estaduais e municipais. “Com o calendário apertado, os Estados e Municípios não terão tempo de realizar as plenárias locais, de onde saem questões para serem discutidas no encontro nacional”, afirma.

A Conferência Nacional de Saúde é realizada de quatro em quatro anos, de acordo com a lei federal 8.142. Meta-de dos participantes do encontro é usuário do Serviço Único de Saúde e 25% são profissionais de saúde.

O tema deste ano surgiu depois que o grupo de trabalho constatou que muitos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde - criados para cumprir exigência do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde - não vêm apresentando resultados.

Somente Estados e Municípios que instalassem Conselhos de Saúde poderiam receber repasse de verbas federais.

Segundo Temístocles, após a criação dos Conselhos, há três anos, os profissionais de saúde vêm sentindo retrocesso na aplicação das políticas de saúde.



Papel dos psicólogos

Para os integrantes do grupo de trabalho, a participação dos psicólogos na Conferência é fundamental, especialmente daqueles que trabalham no Serviço Único de Saúde (SUS). Este ano, a Conferência deverá ter um painel temático para debater o Programa de Saúde Mental. “Vamos convidar o CFP e os profissionais da área para fazerem uma análise das políticas adotadas pelo programa nos últimos quatro anos e apontarem as prioridades para os próximos anos”, garante Temístocles. “Devemos incentivar a participação dos psicólogos em todos os níveis e assuntos da Conferência”, conclui.

Para Zenite da Graça Boguea Freitas, representante dos trabalhadores no CNS, quanto maior o número de profissionais de saúde atuando na Conferência maior será o poder destes de intervir na política de saúde e maior será o espaço dedicado à saúde pelo Governo Federal. “A Lei 8080 do SUS criou os Conselhos. Agora é o momento de fortalecer o papel destes”, afirma.

CUT pede auditoria na dívida externa

A campanha Jubileu 2000, lançada pelo Papa João Paulo II pedindo o perdão da dívida dos 36 países mais pobres do mundo, tem ganhado força no Brasil. A maior entidade sindical do país, a CUT, está empenhada na realização do plebiscito que mostrará se os brasileiros apóiam o perdão da dívida externa do Brasil por parte dos países credores. O Conselho Federal de Psicologia também está na luta.

Marcado para iniciar no dia 02 de setembro de 2000, o plebiscito está previsto para terminar no dia 07 de setembro, Dia da Independência. Em entrevista ao Federal, o secretário-geral da CUT, João Antônio Felício, justifica a importância do assunto. “Não dá mais para desviar recursos da área social para arcar com o pagamento da dívida”, afirma.

Segundo ele, a CUT e o PT são favoráveis ao não pagamento da dívida externa do setor público. “Hoje, a maior parte da dívida externa no Brasil vem do setor privado e o Brasil não pode assumir as dívidas da iniciativa privada. Somos a favor da suspensão do pagamento da dívida externa acompanhado de uma auditoria para checar quem deve e quanto”, explica.

O coordenador técnico do Departamento de Estudos Sócios Econômicos e Políticos (Desepe) da CUT, Carlos Augusto Gonçalves Júnior, informa que a dívida externa do Brasil hoje é de US\$ 248 bilhões. “Desse total, o setor privado é responsável por exorbitantes 67,5%”, garante. Os dados são oficiais e vêm do último balanço do Banco Central divulgado em outubro passado. “Diante desses valores, ser capitalista no Brasil é fácil quando não se assume riscos”, ironiza o secretário-geral da CUT.

Propostas sociais vencem eleições na América Latina

Terminado o ciclo de eleições latino-americanas com o segundo turno no Chile, que tendências elas manifestaram? Em primeiro lugar, uma saturação com o privilégio da estabilidade monetária. Os temas sociais predominaram na preocupação dos eleitores da Argentina, da Guatemala, do Panamá, do Uruguai, do Chile, da Venezuela. Mesmo os candidatos vinculados às políticas de ajuste fiscal tiveram que matizar sua importância, apesar de 1999 ter sido um ano de desequilíbrios, pelos efeitos da crise internacional, que pegou a América Latina indefesa, justamente pela política predominante de estabilização, assentada na atração de capitais especulativos. Essa tendência se manifestou, não apenas, de maneira evidente, nas votações a favor de Hugo Chavez, na Venezuela, como na do populista de direita, Portillo, na Guatemala, na do moderado De la Rúa, na Argentina e na -alta votação, mesmo se derrotado - de Joaquín Lavín, direitista modernizado, no Chile.

Em segundo lugar, os sistemas políticos da América Latina se revelaram fortemente elitistas, bloqueando a expressão do mal-estar social, evidente em todos os países do continente. A

Guatemala e o Equador expressaram isso de maneira mais clara, com uma enorme abstenção e com a disputa mais direta realizada entre candidatos da direita, enquanto neste último, pela segunda vez consecutiva, os eleitores elegeram um

presidente e, logo em seguida, quando os eleitos começaram a pôr em prática políticas radicalmente anti-populares, se mobilizam maciçamente para derrubá-los. No Chile, como tem acontecido nos últimos pleitos, a abstenção é o que mais cresce, especialmente entre os jovens, enquanto a mesma programática corrói o interesse nas eleições.

Instaurou-se assim um abismo entre o mal-estar social - expresso em movimentos populares como o dos indígenas no Equador e na Bolívia, dos zapatistas no México, do MST no Brasil - e uma espécie de ditadura institucional representada por um sistema político que, ao invés de contribuir para democratizar a sociedade, tornou-se filtro que tende a fazer das eleições disputas entre as elites, na busca de votos que as legitimem.

O voto popular tende a se expressar em quem aparece combinando estabilidade monetária -ainda considerado um valor importante em si mesmo - e justiça social, especialmente expressa na luta contra o desemprego. Falta um ponto de vista mais radical que demonstre como as modalidades de estabilidade monetária freiam a capacidade de desenvolvimento econômico,

social e cultural da sociedade e que coloque não apenas um modelo alternativo de política econômica ou o mesmo modelo tentando - utopicamente - combiná-lo com políticas sociais, mas sim um modelo alternativo de sociedade.

Emir Sader

Sociólogo

A Psicologia na América Latina

Construir um pensamento latino-americano no campo da Psicologia, a partir de uma análise sobre a inserção da Psicologia nos países da América Latina. Este foi o objetivo central do *IV Encontro Temático dos Psicólogos do Mercosul e Países Associados* realizado entre os dias 09 e 11 de dezembro passado em Porto Alegre (RS). O encontro, que reuniu cerca de 500 profissionais e estudantes na capital gaúcha, contou também com simpósios e apresentação de 48 trabalhos em forma de pôsteres, nos quais psicólogos de vários países apresentaram suas experiências profissionais. Em breve os resultados serão divulgados.

Articulação no continente

O CFP, representando o Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia, continua na luta por um saber da Psicologia pertinente aos países da América Latina. Para isso, vem participando de eventos que intensifiquem o intercâmbio profissional, como o *I Congresso Latino-Americano de Alternativas em Psicologia*, no México.

Entre os temas abordados, destacam-se: a criação e o fortalecimento de propostas de uma Psicologia voltada para modos alternativos de vida social e propiciar a difusão e o intercâmbio das práticas desenvolvidas pelos psicólogos.

O organizador do Congresso e presidente da Associação Mexicana de Alternativas em Psicologia, Marco Eduardo Murueta, falou ao Federal:

1. *¿Cuáles son las urgencias para que tengamos una psicología comprometida con las necesidades sociales de Latinoamérica?*

R. Los modelos teóricos en psicología que provienen de Estados Unidos, de Europa o de Asia, se han construido a partir de contextos muy diferentes al nuestro y con las limitaciones propias de cultura dominante, consolidada y enmohecida. Se requiere de una revaloración, es necesario pensar y crear conceptos adecuados a nuestro contexto, que incluso puedan ser recogidos por los psicólogos de otras latitudes con quienes debemos tener un intercambio de ideas, de técnicas, y no sólo depender de lo que a ellos se les ocurra.

2. *¿Cuál la contribución que usted espera del I Congreso?*

R. Proponer mecanismos de intercomunicación y organización de los psicólogos en Latinoamérica. Veremos como la psicología puede contribuir a la unidad de los países, a su independencia, a su desarrollo, en el amanecer del tercer milenio.

Planos de saúde ainda excluem serviço de psicólogos

Sempre atento aos assuntos referentes ao bem-estar da sociedade, o CFP alerta para a exclusão da cobertura dos serviços do profissional de Psicologia por parte das administradoras dos planos de saúde.

“Saúde não se restringe apenas ao atendimento médico hospitalar, como diz o texto da legislação que rege os planos de saúde. O conceito é mais amplo e encampa, entre outros, psicólogos, nutricionistas e fisioterapeutas”, explica a psicóloga Laeuzza Farias, conselheira do CFP. Hoje, caso um usuário de plano precise, por exemplo, de terapia ou de nutricionista recomendados por um médico, terá que arcar com as despesas integrais.

O CFP questiona também o atendimento em saúde mental. De acordo com a Resolução no. 11 do Conselho de Saúde Suplementar (Consu), responsável pela normatização dos planos de saúde, as administradoras de planos devem cobrir despesas com psicoterapia de crise, desde que administrada em hospitais psiquiátricos.

Laeuzza Farias reclama dessa reserva de mercado já que os Centros

de Atenção Psicossocial podem prestar tal serviço, pelo regime substitutivo - que é aquele em que o paciente fica apenas um período do dia internado. “Dessa maneira, o paciente, além de estar em contato constante com a família, o que é bom para o tratamento, não fica estigmatizado”, esclarece.

A luta para incluir as terapias na cobertura dos planos de saúde ganhou mais força a partir de 18 de outubro passado, quando a Assessoria Jurídica do CFP enviou ao Consu uma petição. No documento, o CFP enfatiza que os psicólogos são reconhecidos pelo Conselho Nacional de Saúde como profissionais da área de Saúde e que as administradoras de planos são obrigadas a cobrir despesas com psicoterapia de crise.

Outra boa novidade é que o Congresso apreciará medida provisória alterando a lei que rege os planos de saúde. Sugerida pelo senador Lúcio

Alcântara (PSDB-CE), a MP deverá incluir em seu texto a cobertura de sessões de fisioterapia, fonaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional, cuja necessidade esteja relacionada à continuidade de assistência médica ambulatorial ou hospitalar, coberta ou não pelo respectivo plano.

O senador é enfático ao justificar

sua proposta, que ainda receberá alterações antes de se tornar lei. “A nova lei de planos de saúde veio atender às demandas da

O conceito de Saúde é mais amplo e encampa psicólogos, nutricionistas e fisioterapeutas

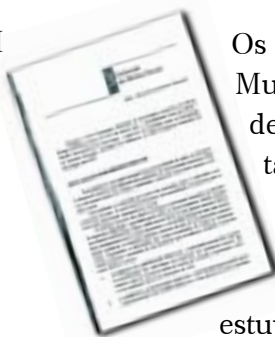
sociedade, que até então permaneceu à mercê das administradoras desses planos, preocupadas unicamente com o próprio lucro”, afirma.

Para efetivar as mudanças na legislação será necessário uma grande mobilização de todas as categorias a serem beneficiadas, como psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos. Cartas de apoio pedindo a aprovação da medida podem ser enviadas para o e-mail do senador: lucioalc@senado.gov.br ou para o fax (61) 323-5372.

Associação internacional defende direitos sexuais

Às vésperas da realização do II Seminário Nacional de Direitos Humanos, os psicólogos alertam para a importância de incluir os direitos subjetivos na luta pelos Direitos Humanos. O CFP apóia o esforço nesse sentido.

Segundo o psicólogo Oswaldo Rodrigues, integrante da Associação Mundial de Sexologia, historicamente os direitos humanos são apontados em três esferas: pessoal, civil e política. “É preciso criar uma quarta esfera: direitos humanos subjetivos, como os direitos sexuais”, diz.



Os psicólogos da Associação Mundial de Sexologia já deram forma a uma proposta de criar a *Declaração dos Direitos Sexuais*. “Se buscarmos esse direito estaremos discutindo estupro, abuso sexual e outros problemas da sociedade”, diz Rodrigues.

Para o CFP, a declaração prova que suas ações em defesa dos direitos subjetivos não são isoladas. Entre elas, está a edição da Resolução no. 001/99, que estabelece normas de atuação para

os psicólogos em relação à orientação sexual.

Rodrigues acredita que as pessoas que têm vida sexual saudável, provavelmente terão menos queixas psicológicas, serão mais expressivas, mais interativas e menos depressivas. A intenção dos integrantes da Associação Mundial é que a Declaração influencie leis voltadas para os direitos sexuais em vários países. Para isso, os organizadores pretendem colocar em prática um movimento político para angariar apoio ao documento junto a entidades de classe e autoridades governamentais.

Laudos psicológicos são tema de ciclo de debates

Depois de constatar que muitos processos éticos resultam de laudos psicológicos mal elaborados e de receber vários questionamentos de psicólogos sobre como construir um laudo, o CFP, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e a Abrapee (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional), tem promovido ciclo de debates sobre laudos psicológicos.

No dia 05 de abril acontecerá na sede do CRP-06, em São Paulo, o terceiro debate - da série de cinco - sobre laudos psicológicos. O tema será *Avaliação Psicológica na Psicologia do Trânsito*.

Os dois primeiros debates já estão disponíveis em fitas de vídeo, ao preço de R\$ 12 cada. As fitas podem ser adquiridas no CFP, CRPs e entidades promotoras. Não perca esta oportunidade!

Serviço

Para saber as datas dos debates restantes, é só entrar em contato com o Conselho Regional de São Paulo (CRP-06)
End.: Rua Arruda Alvim, 89
Jardim América, São Paulo
Tel.(11) 3061-9494 e fax (11) 3061-0306
Mais informações na homepage
www.crp.org.br

Um incentivo à cultura

Em um campo tão pouco valorizado como a pesquisa no Brasil, incentivar a produção científica e profissional, como o CFP faz por meio dos prêmios monográficos há três anos, é uma maneira de proporcionar aos profissionais e estudantes de Psicologia a chance de mostrarem seus talentos no meio acadêmico. O tema escolhido em 99 foi *Helena Antipoff Psicologia e Compromisso Social; Educação Inclusiva: Desafios, Limites e Perspectivas*. Foram premiados três psicólogos e quatro estudantes.

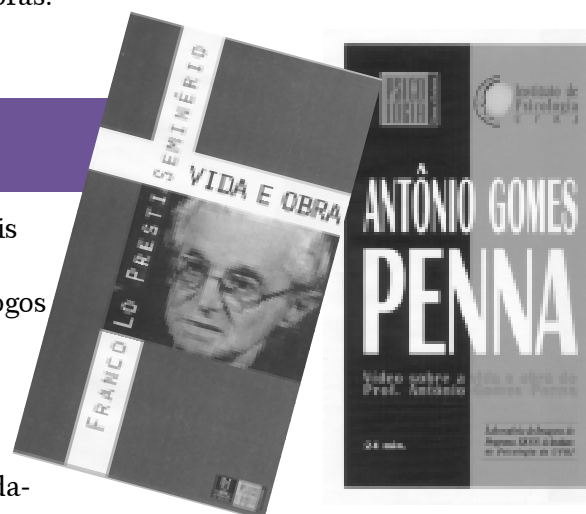
“A idéia do concurso monográfico é uma idéia feliz do CFP, e mais do que isso, é uma realização necessária”, opina a psicóloga Tânia Ferreira, 1ª colocada na Categoria Psicólogo. Os demais vencedores foram: as psicólogas Luciana Bicalho Cavanellas e Érika Lourenço e na Categoria Estudantes Luiz Fernando Belmonte Rosa, Gérson Alves da Silva Júnior, Paulo Wenderson Teixeira Moraes e Juliana da Silva Costa.

Novos vídeos

O CFP vai lançar em abril dois novos vídeos do *Projeto Memória da Psicologia Brasileira* sobre os psicólogos Antônio Gomes Penna e Franco Lo Presti Seminário.

O *Projeto Memória* pretende resgatar a história da Psicologia no Brasil, pouco ensinada nas universidades. O primeiro vídeo da série foi lançado em 99 e narra a história do psicólogo Eliezer Schneider.

O vídeo *Antônio Gomes Penna* foi realizado pelo CFP e CRPs em parceria com o Instituto de Psicologia da UFRJ. Já o vídeo sobre Seminário é fruto de parceria com a Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furber).

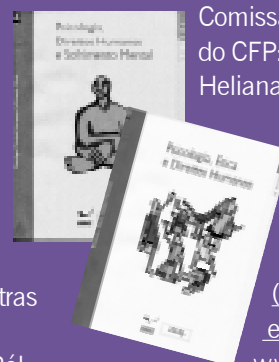


Serviço

Onde Comprar: UERJ Vídeo
R. São Francisco Xavier, 524 – Bloco F, 10º andar, sala 10.043. Maracanã, Rio de Janeiro. CEP: 20.550-900. Tel: (21) 587-7410/568-7074
Preço: R\$ 10 (sujeito a alteração).

DIREITOS HUMANOS

O CFP levou duas novidades literárias para o *II Encontro Nacional de Psicologia e Direitos Humanos* (ver págs 08 e 09). A primeira foi o lançamento do livro *Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental*, que reúne as palestras dos expositores do *I Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos*. Estão compiladas no livro as palestras de Osvaldo Saidon, Antonio Lancetti, Emir Sader, Peter Pál Pelbart, Cecília Coimbra, Esther



Maria Arantes e Pedro Gabriel Delgado.

A segunda novidade foi o relançamento do livro *Psicologia, Ética e Direitos Humanos*, que reúne textos escritos pelos integrantes da Comissão Nacional dos Direitos Humanos do CFP: Cecília Coimbra, Eliane Seidel, Heliana Rodrigues, Leoncio Camino, Marcus Vinícius de Oliveira Silva, Marta Suplicy, Maria do Carmo Lara e Pedrinho Guareschi.

Informações na Casa do Psicólogo (SP) – tel.: (11) 852-4633/ fax (11) 3064-5392
e-mail casapsi@uol.com.br
www.casapsicologo.com.br

Existe ética na pesquisa em Psicologia?

A falta de regras para a realização de pesquisas em Psicologia tem sido alvo de muitas discussões. Cada vez mais o tema é debatido em congressos e demais encontros da categoria. Entre os representantes do Fórum de Entidades, criado para estudar o assunto, é unânime a opinião da necessidade urgente de parâmetros. Milhares de pesquisas estão sendo realizadas no momento e a inexistência de normas, principalmente em relação à ética, coloca em dúvida seus resultados.

No Brasil existe pouca regulamentação sobre ética na pesquisa na área de Humanas. Existe no momento apenas uma resolução do Conselho Nacional de Saúde, de 1996, visando às pesquisas biomédicas, não abrangendo muitas áreas da Psicologia.

Fundamental

Para Cláudio Hutz, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), a ética é fundamental para que se produza uma pesquisa completa e de qualidade. “Muitas pesquisas na área de Psicologia Social, por exemplo, servem para embasar políticas públicas. Se forem mal feitas, podem não surtir os resultados esperados e até causar prejuízos”, declara. Também o preocupa a forma com que são feitos os testes de avaliação psicológica e a definição das responsabilidades sociais dos pesquisadores.

O sigilo das informações coletadas é outra questão que está na pauta dos profissionais da área.

“Não existem critérios que orientem o pesquisador. De como proceder, por exemplo, na coleta de declarações em situação de confiabilidade”, afirmou Cláudio Hutz.

Milhares de pesquisas estão sendo realizadas no momento e a inexistência de normas, principalmente em relação à ética, coloca em dúvida seus resultados



Preocupação

A presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), Cecília Pescatore, também defende a regulamentação das pesquisas. Segundo ela, esse é um dos principais instrumentos do profissional da área. “A ética é uma preocupação que está entre os pesquisadores”, afirmou.

O número de pesquisas em Psicologia e os novos assuntos que surgem a cada dia, de acordo com Cecília Pescatore, justificam a urgência de regulamentação. Segundo ela, foram apresentados mais de 800 trabalhos no 10º. Encontro Nacional de Psicologia Social, em outubro passado. No site do CNPq, estão cadastrados no diretório de pesquisas mais de seis mil trabalhos em Psicologia.

O Fórum de Entidades da área de Psicologia pretende produzir um documento que poderá servir para embasar a regulamentação da pesquisa em Psicologia.



PROCESSO
ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP Nº 1302/99 – ORIGEM:
CRP-12
RETORNO DOS AUTOS AO REGIONAL PARA AVERIGUAÇÃO E PRONUNCIAMENTO NO QUE SE REFERE AO TEOR DOS LAUDOS APRESENTADOS PELO PROFISSIONAL.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso de Apelação contra decisão de arquivamento do Regional. Procedência Parcial. Retorno dos autos à origem para averiguação e conseqüente pronunciamento no que se refere ao teor dos laudos apresentados.

I – A Comissão de Ética não enfrentou a denúncia formulada no tocante à qualidade dos laudos apresentados pelo psicólogo, o que implica o retorno dos autos para averiguação dos fatos relatados e conseqüente pronunciamento sobre a matéria.

II – Apelação conhecida e parcialmente provida
DECISÃO (CRP): Arquivamento
DECISÃO (CFP): Determinação de retorno dos autos ao CRP-12 para tão-somente aprofundar a questão atinente ao teor dos laudos apresentados pelo profissional
DATA DO JULGAMENTO: 17/12/99
PRESIDENTE: ANA MERCÊS BAHIA BOCK
RELATOR: JULIETA ARSÊNIO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP Nº 733/99 – ORIGEM: CRP-06
RETORNO DOS AUTOS AO REGIONAL PARA ABERTURA DO PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso de Apelação contra decisão de arquivamento do Regional. Procedência. Retorno dos autos para abertura do competente processo.

I – É incorreta a decisão da Comissão de Ética que determina o ARQUIVAMENTO da denúncia, embora reconheça equívocos no procedimento adotado pelo profissional. A teor do disposto no art. 4º, § 1º, do Código de Processamento Disciplinar, compete à Comissão de Ética apresentar parecer contendo a síntese dos fatos, bem como a indicação dos artigos do Código de Ética Profissional, das Resoluções ou legislação específica que teriam sido infringidos.

II – Diante da existência de indícios de conduta anti-ética, deve o Regional aprofundar a denúncia formulada através do competente Processo Ético-Profissional.

III – Apelação conhecida e provida
DECISÃO (CRP): Arquivamento
DECISÃO (CFP): Determinação de retorno dos autos ao CRP-06 para abertura do Processo Ético-Profissional
DATA DO JULGAMENTO: 17/12/99
PRESIDENTE: ANA MERCÊS BAHIA BOCK
RELATOR: IANA CELI SILVA BEZERRA

Nos últimos dois anos, o CFP saiu do campo dos discursos para se engajar na linha de frente da luta pelos Direitos Humanos no país e na América Latina. O incentivo à criação de Comissões de Direitos Humanos nos Conselhos Regionais, o lançamento e a reedição de publicações, as manifestações e os encontros organizados pelo CFP, todos direcionados e comprometidos com os Direitos Humanos, reforçam a vontade dos integrantes do CFP em fazer valer o respeito à cidadania.

O CFP tem traçado caminho para prestar diretamente um serviço com o objetivo de promover e lutar contra a violação dos Direitos Humanos. Prova disso, é que já neste início de ano realizou em Brasília, entre os dias 23 e 25 de março, o *II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos*. O evento terá como tema *Práticas Psicológicas: Compromissos e Comprometimentos*.

“Pretendemos levar a questão dos Direitos Humanos a uma ampla discussão pela sociedade brasileira e incentivar a criação de outras Comissões de Direitos Humanos por parte de profissionais de várias áreas”, explica a psicóloga Cecília Coimbra, coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais. Alertar a sociedade e instituições envolvidas com a questão e, principalmente, despertar os psicólogos para a importância que a categoria tem na manutenção e respeito aos Direitos Humanos são metas a serem atingidas pelo CFP. “Temos que evitar a posição ingênua de tratar o assunto apenas no âmbito político”, diz Marcus Vinícius de Oliveira Silva, membro do CFP.

Os debates do *II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos* contaram com temas contemporâneos e polêmicos, como orientação sexual, tutela psiquiátrica, saúde do trabalhador e desemprego. Foram organizadas mesas-redondas e houve apresentação de trabalhos. Nomes importantes confirmaram presença no encontro. Entre eles, estavam o geógrafo Milton Santos e o psicólogo José Moura Gonçalves Filho.

Psicologia lado a lado com os Direitos Humanos

Neste ano, o homenageado foi D. Paulo Evaristo Arns, reconhecido pela luta contra as violações dos Direitos Humanos (ver quadro).

História de luta

Participar ativamente de decisões que discutam e coloquem em prática a participação dos psicólogos nos rumos das grandes decisões que envolvam os Direitos Humanos faz parte da filosofia do CFP.

O *I Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos*, em 98, teve como tema central a *Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental*. O CFP já dava sinais de que sua luta contra a violação dos Direitos Humanos não se limitaria ao Brasil. Orientados pelo CFP, os participantes fizeram manifestação em frente à embaixada da Indonésia, pedindo o reconhecimento do Timor

Outro passo dado pelo CFP foi a resolução 011/98, que criou a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho. Entre as atribuições da Comissão estão: o incentivo à reflexão sobre os Direitos Humanos inerentes

à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia e a intervenção em situações onde existam violações que produzam sofrimento mental; a participação em iniciativas que preservem os Direitos Humanos na sociedade brasileira e o apoio aos movimentos internacionais.

Manifestação

Na reunião de maio passado, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos do CFP listou nove pontos que foram enviados às Comissões dos CRPs.

Entre os encaminhamentos estava a convocação de um encontro nacional das Comissões Regionais, a ser realizado nos dias 30 e 31 de maio, o lançamento da campanha nacional da CNDH, intitulada *Medida de Segurança não é Prisão Perpétua: pela Imediata Revisão dos Processos de todos os Internos em Manicômios Judiciários* e também o envio de carta à prefeitura de Betim (MG), onde se pedia a investigação da morte de dois sem-teto.

Sempre atento aos acontecimentos relacionados aos Direitos Humanos, o CFP realizou outra manifestação à época do I Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia,

em Brasília, em julho de 99. Dessa vez, o alvo foi a embaixada peruana, em frente à qual os participantes pediram a libertação de presos políticos chilenos, condenados no Peru à prisão perpétua em julgamento sumário.

Essas ações mostram que o CFP não é um grupo isolado, mas uma instituição que se transformou também em mais um braço do movimento de luta pelo respeito aos Direitos Humanos.



Leste como nação independente.

Este primeiro seminário teve como temas principais a reflexão, o debate e a troca de experiências entre a temática dos Direitos Humanos e o campo teórico e técnico da Psicologia. Além disso, as discussões destacaram as intervenções práticas dos psicólogos.

Criação da Comissão

Humilhação social: um problema político em psicologia

A *humilhação social* corresponde a um caso particularmente doloroso de angústia: um afeto mórbido derivado da exposição do homem pobre a mensagens de inferioridade social. Mensagens que lhe são assiduamente dirigidas pelos outros e pela cidade. Mensagens verbais e também mensagens mudas: são palavras ou são circunstâncias públicas que lhe parecem como o perpétuo lembrete de que *não estão em casa*.

Simone Weil, quando fresadora na Renault, anotou em seu diário de fábrica: *Saindo do dentista (terça de manhã eu acho, ou talvez quinta de manhã) e subindo no ônibus, reação estranha. Como eu, a escrava, posso entrar neste ônibus, usá-lo graças a meus 12 centavos como qualquer um? Que favor extraordinário! Se me obrigassem brutalmente a descer dele dizendo que meios de locomoção tão cômodos não são para mim, que eu só devo andar a pé, acho que me pareceria natural. A escravidão me fez perder totalmente o sentimento de ter direitos. Parece um favor ter momentos em que não preciso aguentar a brutalidade humana.* [In: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.87.

O sentimento da dignidade humana parece desfeito. Deixa de ser espontâneo. É preciso um esforço de atenção para conservá-lo. Um esforço nem sempre eficaz para o humilhado – um cidadão pobre não é humilhado porque sente ou imagina sê-lo: o sentimento e a imaginação estão fincados numa situação real de espoliação econômica e aviltamento público. No humilhado, a submissão é que se torna espontânea. Diríamos melhor: torna-se automática, compulsiva.

A *humilhação social* é, sem dúvida, um fenômeno histórico. A humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do direito à casa, direito ao trabalho e direito à cidade. Mas é também de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A *humilhação social* é fenômeno ao mesmo tempo político e psicológico, caracteriza assiduamente a psicologia do oprimido: desencadeia afetos embriagantes ou paralisadores.

As formas deste desencadeamento podem variar:

são lágrimas, o emudecimento, o protesto confuso, a ação violenta e até o crime.

Estudantes de Psicologia Social, na Universidade

de São Paulo, foram solicitados a uma experiência de trabalho. Deveriam assumir, por um dia, tarefas simples e subalternas, geralmente desempenhadas por cidadãos pobres.

Um estudante, Fernando Braga da Costa, foi gari na Cidade Universitária: disse haver se sentido “invisível”. Explicou: vestiu o uniforme e trabalhou de manhã – varreu calçadas e ruas, transportou lixo, capinou gramados e retirou o barro acumulado de canteiros. No meio da tarde, passou uniformizado pelo Instituto de Psicologia. Entrou no prédio e reparou o desaparecimento dos acenos (algum gesto ou palavra breve) que, quando estudante, são comuns entre ele e quem cruza. Surpreendeu-se especialmente nas vezes em que passou despercebido por pessoas que estudam com ele: não o viram, pas-

saram ao largo, sem cumprimentos. Era um uniforme que perambulava: estava invisível. Desaparição do homem na tarefa serviçal.

Algumas estudantes foram empacotadoras em supermercado. Mencionaram as senhoras que apressavam os embrulhos, irritando-se facilmente, enchendo-lhes de exigências e reclamações sobre os pacotes. De uma das estudantes, um fiscal solicitou com safanão os seus serviços no caixa vizinho. Nestas horas, sentiam-se entregues ao mando e desmando. Márcia Ferreira Amêndola disse haver se sentido “demais visível”. Desejaram sumir, possuir alguma coisa que não fosse acessível ao comando dos outros.

Os pobres sofrem freqüentemente o impacto dos maus tratos. Psicologicamente, sofrem continuamente o impacto de uma mensagem: “você são inferiores”. E, o que é profundamente grave: a mensagem passa a ser esperada.

Para os pobres, a humilhação ou é uma realidade em ato ou é freqüentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam.

O sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis, torna-se-lhes compulsivo: movem-se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê.

Segue urgente a tarefa de superação política e psicológica da *humilhação social*, tarefa que é de todos nós: tarefa a que se dedicam os cidadãos pobres, pessoal ou coletivamente, consciente ou inconscientemente, reagindo isoladamente ou em grupos organizados.

Os pobres sofrem freqüentemente o impacto dos maus tratos. Psicologicamente, sofrem continuamente o impacto de uma mensagem: “você são inferiores”

José Moura Gonçalves Filho
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho – USP

Uma vida de luta pelos Direitos Humanos

O cardeal Dom Paulo Evaristo Arns é homenageado no II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, promovido pelo CFP. É um reconhecimento ao trabalho do cardeal em defesa dos Direitos Humanos. Nascido em Criciúma (SC), em 1921, D. Paulo é um dos mais importantes ativistas na luta contra

violações dos Direitos Humanos. D. Paulo foi arcebispo de São Paulo de novembro de 70 a maio de 98. Em 73 foi nomeado Cardeal pelo Papa Paulo VI. Sempre assumiu destemida defesa dos Direitos Humanos, constantemente violados pela Ditadura Militar. É justamente nesse período que a luta de D. Evaristo Arns ganhou repercussão,

tornando-se porta-voz dos que não tinham representatividade e arauto da justiça social.

É de sua responsabilidade a edição do livro “Brasil, Nunca Mais”, marco na luta contra as atrocidades cometidas contra presos políticos. D. Paulo também é autor de 48 livros e recebeu mais de uma centena de títulos nacionais e internacionais.



CFP denuncia o corporativismo médico

Intransigência, incoerência e autoritarismo resumem as atitudes tomadas pelo Conselho Federal de Medicina nas negociações com o CFP sobre dois assuntos de suma importância para os psicólogos, para os psiquiatras e para os interesses da população consumidora de serviços desses profissionais: a regulamentação do exercício da Psicoterapia e a aceitação do atestado psicológico para o afastamento temporário do trabalho, elaborados por psicólogos, em função de dificuldades emocionais dos seus clientes.

Seis anos de entendimentos e superação de divergências entre as duas categorias (médicos e psicólogos) foram por água abaixo. Enquanto o CFP se pautava pelo diálogo democrático para resolver as interfaces profissionais com a classe médica, o CFM, aparentemente, fazia jogo de cena.

No decorrer desse período, um grupo de trabalho formado por CFP, Sociedade Brasileira de Psicologia, Associação Brasileira de Psiquiatria e CFM enfrentou questões antigas e delicadas na relação dos médicos com os psicólogos, como o uso do CID (Código Internacional de Doenças), a compreensão sobre o âmbito da atuação de ambos os profissionais no diagnóstico e tratamento dos transtornos mentais, a própria possibilidade da emissão dos atestados psicológicos precisando melhor os casos em que estes seriam pertinentes. Transcrição das atas das reuniões sobre esses assuntos testemunham que o representante do CFM, conselheiro Rubens dos



Santos Silva, pregava o entendimento, concordando em não questionar resoluções da demais entidades, no caso, dos psicólogos.

Incoerência

Em fevereiro de 99, o CFM, ignorando tudo o que havia sido acordado, emitiu parecer, assinado pelo mesmo Rubens Silva, no qual desancava a possibilidade de psicólogos assinarem atestados para afastar trabalhadores do serviço e determinava que médicos não deveriam aceitá-los - flagrante contradição.

Em 09 de julho, o CFM emitiu resolução reafirmando essa postura, um dia após membros do CFP e da SBP terem comparecido à reunião plenária do CFM para debater a questão. A plenária do CFM não assumiu as posições acordadas.

“Demonstramos nossa intenção de buscar soluções democráticas. É lamentável assistir o predomínio do corporativismo em detrimento dos interesses maiores comungados pelas entidades”, diz Marcus Vinícius de Oliveira Silva, conselheiro do CFP e membro do grupo de trabalho.

O resultado é que, após seis anos, o CFP decidiu deixar o grupo e tentará outros meios para regulamentar a Psicoterapia e disseminar a aceitação dos atestados emitidos por psicólogos. O CFP reafirma autonomia e legitimidade aos psicólogos para emitir tais atestados e sua aceitação deverá ser negociada caso a caso com empresas e instituições. “Lamentamos, quando

o diálogo democrático fracassa, pois esse é o método de trabalho no qual acreditamos. A resolução do CFM confunde o caminho que trilhávamos, mas não nos atrapalha, já que não temos que obedecê-la”, diz Ana Bock, presidente do CFP.

O CFP deverá tomar várias iniciativas a respeito, tais como entrar com ações judiciais para fazer valer suas posições e propor ao Congresso alterar a legislação sobre o assunto, já que contratos coletivos, e até o INSS, têm reconhecido atestados e pareceres emitidos por psicólogos.

Surpresa e Frustração

Até a ABP – consultora do CFM na questão – se mostra surpresa com o impasse. Segundo o coordenador do departamento de Psicoterapia da ABP, José Toufic Thomé, desde meados de 99 não é convocado para novas reuniões, embora, no seu entender, o CFM tenha se manifestado favorável a manter as negociações.

Gláucia Diniz, que representava a SBP no grupo de trabalho, queixa-se da frustração causada pelo CFM e lamenta que o grupo de trabalho não tenha conseguido concluir o consenso em assuntos essenciais para a categoria. “O CFM criou um constrangimento geral ao ferir acordos extensamente debatidos com o grupo de trabalho”, diz.

Para Marcus Vinícius, o CFM demonstrou que não pretende abrir mão da exclusividade da prerrogativa de decidir o afastamento dos trabalhadores do serviço, por encarar a questão como “perda de poder social”, ou seja, “o CFM colocou seus interesses corporativos acima dos interesses sociais da clientela atendida pelos psicólogos”, completa.



São antigas as tentativas dos médicos de tutelar as atividades dos psicólogos:

Em 62, a lei que regulamentou a profissão de psicólogo excluiu a Psicoterapia das funções dos psicólogos, em razão de pressões dos médicos;

Por meio de dois projetos de lei (de 78 e 80) tentou-se atribuir o controle da Psicoterapia aos CRMs e proibir aos psicólogos o uso da Psicoterapia, subordinando-os à orientação médica;

Em 1994 o CFP baixou resolução autorizando psicólogos a emitir atestado para tratamento de saúde;

Em 96, após pressões dos médicos e negociações com o CFM, a resolução foi reeditada pelo CFP, mas criou-se clima de animosidade entre os médicos em relação aos psicólogos;

O CFP tomou a iniciativa de procurar o CFM, formar o grupo de trabalho com a participação da ABP e SBP e procurar solução negociada para o impasse;

Após 6 anos de reuniões e supostos entendimentos, o CFM volta a pregar a proibição de emissão de atestados psicológicos para fins de afastamento do trabalho por parte dos psicólogos;

O CFP reage abandonando o grupo de trabalho.

Informática

Registro no site do CFP aumenta 25%

A campanha do Conselho Federal de Psicologia para aumentar o número de *e-mails* de profissionais cadastrados está atingindo a meta. O número de *e-mails* de psicólogos registrados já aumentou 25% desde o final do ano passado. A promoção, que sorteará o *software* da IBM de reconhecimento de voz adaptado para o português *Via Voice Millenium*, atraiu a participação de 1.010 psicólogos. Os vencedores serão conhecidos na próxima edição.

Internautas

O Instituto de Medicina e Psicologia Integradas criou e vem desenvolvendo programas que visam ajudar na prevenção, manutenção e recuperação da saúde plena. O objetivo é ajudar o ser humano a superar as dificuldades, estimulando a busca pelo autoconhecimento. IMPI - o espaço para o desenvolvimento pessoal e profissional está no endereço www.impi.com.br

O CFP convida para conhecer um novo *site* de Psicologia do Esporte! O idealizador é o psicólogo João Ricardo Cozac, do CRP-6, e pode ser acessado no endereço: www.ceppe.com.br

O *site* da Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (www.sbpcnet.org.br) disponibiliza informações sobre as Sociedades Científicas Associadas à SBPC. O contato é Vera Carvalho no *e-mail* vera@sbpcnet.org.br.

Sua visita é esperada no *site* da Federação Brasileira de Psicodrama (Febrap) no endereço www.febrap.org.br.

O CFP convida você a visitar o *site* da Associação Católica de Psicólogos e Psiquiatras no endereço: www.sites.uol.com.br/acppsp/

Para fazer consultas na Internet em sua forma mais simples basta uma palavra ou frase. Mas, com as dicas desta página você poderá expandir o foco de sua consulta para obter resultados mais completos. Estas dicas vão iniciá-lo na linguagem de consulta básica. O endereço é www.almg.gov.br/pesquisa/dicas.htm

Quintas Psicológicas: informação ao alcance de todos

As *Quintas Psicológicas* viraram ponto de encontro na Internet para psicólogos e estudantes de Psicologia, além de profissionais e alunos da área de Saúde. Pelo programa de palestras *on-line*, os internautas podem pesquisar e conversar sobre assuntos relacionados à Psicologia.

Lançadas em outubro de 97 pelo CFP, as *Quintas Psicológicas* contribuem para divulgar conhecimentos da Psicologia.

Por meio do *chat* (bate-papo via Internet) das *Quintas*, disponível na página www.psicologia-online.org.br/fquintas.html, o internauta tem acesso a palestras virtuais ministradas por psicólogos graduados e especializados nas mais distintas áreas.

Múltiplos assuntos

Os temas debatidos são diversos e contemporâneos. Vão de Psicologia no Esporte à terapia *on-line* (atendimento psicológico por intermédio do computador), entre outros. O *site* é uma rica fonte de pesquisas. Todos os debates já realizados estão disponíveis para consulta. Do lançamento das *Quintas* até fevereiro foram realizados 71 debates com os mais gabaritados profissionais do país.

Serviço

As palestras ocorrem sempre às quintas-feiras entre 21h e 23h. Para assistir e participar basta entrar no *site* www.psicologia-online.org.br/fquintas.html

Drogas sitiam o Brasil

O que poderia haver de pior em termos de expansão de mercado, o Brasil vive em relação às drogas. Brasileiros, ex-funcionários do submundo das drogas controlado pelos traficantes dos países vizinhos, partiram para o negócio próprio, tamanho o campo fértil para organizarem comandos ou máfias.

Repressão existe, tímida. Uma só gangue de traficantes de Rondônia tem mais veículos do que todas as unidades policiais destacadas em todo o país para combatê-lo. Não se conhece uma política nacional do poder público para prevenção às drogas e as ações partem, principalmente, das ONGs, dizem especialistas no assunto, como o ex-deputado Elias Murad.

O desinteresse das autoridades espanta. Em 93, Murad apresentou projeto ao Congresso para instituir uma política antidrogas, com base em experiências internacionais. Aprovado pelos deputados há 7 anos, o projeto dorme na gaveta de um senador.

Além disso, acusa Murad, o governo ilude a população. “O Secretário (Nacional Antidrogas) Walter Maierovitch declarou um absurdo: que o Brasil está investindo 5% do PIB na questão das drogas, ou seja, R\$ 45 bilhões, nada mais do que o dobro dos recursos da Saúde em 99. É claro que isso não está sendo feito!”, afirma.

Ações do Governo Federal

A Secretaria Nacional Antidrogas já efetuou algumas ações, como a Operação Mandacaru, em Pernambuco. O titular Walter Maierovitch pretende dificultar a ação do crime organizado internacional, com base na lei sobre lavagem de dinheiro. Além disso, deverá fornecer doses de heroína aos dependentes, a exemplo do que faz a Suíça.

Formação acadêmica insuficiente

Muitos fatores devem ser avaliados antes de tentar desenhar um quadro que mostre a influência das drogas na sociedade atual.

Na opinião do psicanalista e psiquiatra Marcos Baptista – que é coordenador de estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas (NEPAD), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – este quadro teria que representar os seguintes aspectos gerais:

- 1) o uso das drogas no Brasil passa por processo de banalização;
- 2) drogas como cocaína assumem o carro-chefe nas vendas;
- 3) cai a idade do usuário inicial de drogas;
- 4) a figura do traficante/benfeitor dá lugar a gangues de jovens (cada vez mais jovens) violentos, que passam a controlar os pontos de venda;
- 5) pais que na adolescência usaram drogas são mais permissivos em relação ao vício dos filhos;
- 6) corrupção de autoridades, como policiais, e fragilidade dos partidos políticos permitem ascensão dos chefes do tráfico;
- 7) falta de clínicas públicas especializadas em tratamento de dependentes cria o comércio da reabilitação;
- 8) política de educação falha em orientar educandos sobre a repercussão social e psíquica das drogas, faltando melhor preparo curricular de futuros profissionais da Saúde, inclusive psicólogos.

Para Marcos Baptista, a matéria Toxicomania deveria integrar o currículo dos cursos de Psicologia. “As faculdades de Psicologia não têm cadeiras

que tratem do assunto como deveria ser”, diz. As entidades que representam a categoria, segundo ele, deveriam exigir um reforço acadêmico na formação dos Conselheiros em Dependência Química. “Somente dois anos em faculdade – no Rio de Janeiro, pelo menos – são necessários para obter este título. Será que este pré-requisito é suficiente?”, questiona.

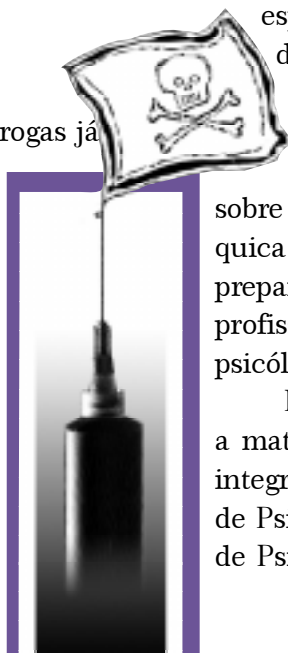
Mas não é somente na Psicologia que a formação curricular precisa de maior atenção. “Mais de 90% dos médicos que se formam todos os anos não sabem nada sobre tratar drogados, diagnosticar a situação etc.”, afirma. Baptista concorda com o ex-deputado Elias Murad de que o governo investe muito pouco na prevenção às drogas e no tratamento.

Cocaína em Alta

A Universidade Federal de S. Paulo mantém duas unidades específicas para lidar com o problema das drogas. O PROAD, que presta assistência, faz pesquisa, ensina como tratar a dependência e a preveni-la e o CEBRID, que pesquisa e cataloga informações sobre o universo das drogas. Pesquisa do CEBRID nas capitais datada de 1997 constatou dados similares a pesquisa conduzida pelo NEPAD no Rio de Janeiro: que está aumentando rapidamente o consumo de cocaína entre os jovens estudantes nos últimos anos e que o álcool é, entre as drogas ditas lícitas e ilícitas, o maior responsável pelos internamentos de dependentes em hospitais psiquiátricos (95% dos 250 mil casos anuais).

Serviço

NEPAD
Tel.: (21) 587-7100
e-mail sbnepad@uerj.br
CEBRID
Tel.: (11) 539-0155/576-4550
PROAD
Tel.: (11) 576-4472



Sociedade se organiza para combater a corrupção

Às vésperas de completar 500 anos oficiais de existência, o Brasil vive um de seus piores momentos, vendo sangrar suas instituições, feridas quase de morte pela corrupção generalizada e sua sociedade caminhando rapidamente para a degradação.

Ainda assim, a indignação da sociedade estimula mobilizações para tentar reduzir a disseminação da corrupção no Brasil. Uma delas é a abertura de escritórios oficiais da Transparência Internacional, movimento não-governamental, apartidário e sem fins lucrativos, surgido na Alemanha, que vem sendo propagado no Brasil a partir de São Paulo.

Um dos organizadores voluntários da Transparência Brasil é o empreiteiro Eduardo Ribeiro Capobianco, dirigente do sindicato de construtoras de São Paulo. A Transparência Brasil está aberta à participação de pessoas físicas e jurídicas que queiram atuar como voluntários na luta contra a corrupção.

“Faremos um trabalho mais preventivo, atacando o que causa a corrupção”, informa Capobianco. Para justificar essa linha de ação, Capobianco cita o caso dos Anões do Orçamento, em que parlamentares foram flagrados



no início dos anos 90 em ações lesivas ao Orçamento da União. “O esquema dos Anões foi possível porque existia uma sistemática que o permitia. Substituíram-se os parlamentares, mas a sistemática permanece e os casos se repetem”, compara.

Os voluntários da Transparência desenvolverão mecanismos para mudar regras que permitam brechas à corrupção, como as do financiamento das campanhas eleitorais. Darão especial atenção aos casos menores, de pouca

repercussão, mas importantes disseminadores da corrupção. Também listarão setores mais sujeitos à corrupção, de modo a alertar o restante da sociedade para que auxilie o trabalho de supervisão. A idéia é abrir mais escritórios do movimento pelo Brasil.

Para manter a Transparência em operação, os voluntários estão arrecadando doações, inclusive de entidades estrangeiras. Várias entidades já participam do movimento, entre elas o Viva Rio, o PNBE, o Sindicato da Construção e muitas pessoas físicas de renome, como Aristides Junqueira e Denise Frossard.

Serviço

Mais informações sobre a Transparência podem ser obtidas via Internet em www.transparency.org e pelo tel.: (11) 255-8088. A entidade fará evento em São Paulo no dia 15 de março para oficializar suas operações.

ATIVIDADES CIENTÍFICAS 2000

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA
EXISTENCIAL E ANÁLISE DO EXISTIR
SOBRAPHE

1º Semestre do Ano 2000
São Paulo/SP Tel.: (11) 3872-7596
sobraphe@angelfire.com

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE SAÚDE MENTAL
**Escola Nacional de Saúde Pública e os
Núcleos Formadores de Recursos Humanos
em diversos Estados e Municípios do País**

Programação Anual
Rio de Janeiro/RJ 0800-225530
<http://www.ensp.fiocruz.br>
Tel.: (21) 598-2557

CURSOS – COORDENAÇÃO DE GRUPOS:
EXPERIÊNCIAS TEÓRICO-VIVENCIAL / ANÁLISE
INSTITUCIONAL / GRUPO, FAMÍLIA, CLÍNICA
E POLÍTICA

**Instituto de Psicologia Social de Porto Alegre
PICHON-RIVIÈRE**
Programação Anual Porto Alegre/RS
Tel.: (51) 223-0570 Fax: (51) 331-7467
pichon-riviere@hotmail.com

CURSO DE PSICOLOGIA, PSICANÁLISE,
PSICOPEDAGOGIA E PSICOMOTRICIDADE
**Centro de Estudo Pesquisa e Atendimento
Global da Infância e Adolescência – CEPAGIA**
Programação Anual Brasília/DF
Tel.: (61) 340-9350 Fax: (61) 274-9915
cepagia@brnet.com.br

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFÂNCIA,
ADOLESCÊNCIA E POLÍTICA SOCIAL
**Departamento de Psicologia e de Educação
do CEUC/UFMS**
Março - Corumbá/MS
Tel.: (67) 231-6619 231-6877 Ramal 49

CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA
EDUCACIONAL - 4º MÓDULO “APRENDIZAGEM
DE CONTEÚDOS ESPECÍFICOS”
Conselho Regional de Psicologia 2ª Região
Março e Abril - Recife/PE
Tel.: (81) 231-7294
crp02@truenet.com.br

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
Centro de Estudos Psicanalíticos - CEP
Março e Setembro
São Paulo/SP
Tel.: (11) 864-2330 3675-1513

CURSO - CLÍNICA PSICANALÍTICA:
CONFLITO E SINTOMA
Instituto Sedes Sapientiae
23 de Março
São Paulo/SP
Tel.: (11) 3873-2314
sedes@sedes.org.br

II SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA
E DIREITOS HUMANOS - PRÁTICAS PSICOLÓGI-
CAS: COMPROMISSOS E COMPROMETIMENTOS
Conselho Federal de Psicologia
23 a 25 de Março
Brasília/DF
<http://www.psicologia-online.org.br/dh.html>

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE NOVAS
COMPETÊNCIAS LABORAIS, FORMAÇÃO
PROFISSIONAL E LIVRE CIRCULAÇÃO
DAS PESSOAS NO MERCOSUL
**Confederação Nacional das Profissões
Liberais – CNPL – CINTERFOR – INCASUR –
PRIPPI – Universidade de La Republica –
COMISEC**
27 a 31 de Março
Montevideu – Uruguai
Tel.: (61) 223-1683 Fax: (61) 223-1944
cnpl@cnpl.org.br

V CONGRESO IBEROAMERICANO
DE PSICOLOGIA DE LA SALUD
**Asociacion Colombiana para el Avance
de las Ciencias del Comportamiento**
29 de Marzo al 01 de Abril
Cartagena
Colombia
Tel./Fax: (571) 616-7235
<http://www.abacolombia.org.com>
wlopez@latino.net.co

I CONGRESSO PSICOSSOCIAL JURÍDICO DO
TJDFT - AS INTERFACES ENTRE O DIREITO,
A PSICOLOGIA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal
e Territórios**
30 de Março a 02 de Abril
Brasília/DF
Tel.: (61) 224-9077 Fax: (61) 226-2159
Intermedium@brasil.com.br

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO
- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM SAÚDE
Escola Nacional de Saúde Pública
Inscrições até Abril
Rio de Janeiro/RJ
0800-230085
<http://www.ensp.fiocruz.br>
Tel.: (21) 598-2557

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
- SAÚDE DO TRABALHADOR
Escola Nacional de Saúde Pública
Inscrições até Abril
Rio de Janeiro/RJ
0800-230085
<http://www.ensp.fiocruz.br>
Tel.: (21) 598-2557

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
DE CRIANÇAS
Centro de Estudos Psicanalíticos - CEP
Abril e Setembro
São Paulo/SP
Tel.: (11) 864-2330 3865-0017

I ENCONTRO DE PSICOLOGIA JUNGUIANA
DO PARANÁ - “O TEMPO E SUAS CONEXÕES”
**Centro de Estudos
sobre Psicologia Analítica**
07 a 09 de Abril
Curitiba/PR
zeitgeist@zeitgeist.psc.br

V CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA
ESCOLAR E EDUCACIONAL
PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL:
TENDÊNCIAS PARA O SÉCULO XXI
14 a 18 de Abril
Itajaí/SC
Tel.: (47) 341-7679 Fax: (47) 341-7567
vconpe@mbox1.univali.rct-sc.br

II ENCONTRO DE PSICOLOGIA HUMANISTA
DO INTERIOR PAULISTA
20 a 23 de Abril
Campinas/SP
Tel.: (19) 253-3477 / 295-3447
eventos@correionet.com.br

II CONGRESSO BRASILEIRO - V ENCONTRO
PARANAENSE DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS
**Centro Reichiano de Psicoterapia Corporal -
Instituto Reichiano de Psicologia Clínica**
29 de Abril a 01 de Maio
Curitiba/PR
Tel./Fax: (41) 263-4895
centroreichiano@softall.com.br

CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA
EDUCACIONAL - 5º MÓDULO “EDUCAÇÃO
ESPECIAL: A QUESTÃO DA ESCOLA INCLUSIVA”
Conselho Regional de Psicologia 2ª Região
Maio
Recife/PE
Tel.: (81) 231-7294
crp02@truenet.com.br

II CONGRESSO NACIONAL DA SOCIEDADE
BRASILEIRA DE RORSCHACH E OUTROS
MÉTODOS PROJETIVOS
03 a 06 de Maio
Faculdade de Psicologia PUCRS
Porto Alegre/RS
Tel.: (51) 9985-2230 Tel./Fax: (51) 3203633
vaz@pucrs.br

XII CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA
PSICOSSOMÁTICA – ANO 2000
28 de abril e 1º de maio
**Câmara de Comércio
para o Brasil/SP**
Tel.: (11) 3873-1822.

**Envie sugestões
de eventos
para esta sessão
pelo e-mail
cotec@rudah.com.br**

I MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS
EM PSICOLOGIA
"PSICOLOGIA E COMPROMISSO SOCIAL"
CFP e CRP-06

05,06 e 07 de outubro São Paulo / SP
Inscrições até 30 de Junho nos Conselhos
Regionais
de Psicologia
Tel.: (11) 3061- 0306
1a-mostra@crpsp.org.br

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
- RECURSOS HUMANOS PARA A SAÚDE
Escola Nacional de Saúde Pública
Inscrições até Junho
Rio de Janeiro/RJ
0800-230085 Tel.: (21) 598-2557
<http://www.ensp.fiocruz.br>

CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA
EDUCACIONAL - 6º MÓDULO "AVALIAÇÃO
DA APRENDIZAGEM"
Conselho Regional de Psicologia 2ª Região
Junho - Recife/PE Tel.: (81) 231-7294
crp02@truenet.com.br

CURSO DE EXTENSÃO INTENSIVO
DE NEUROPSICOLOGIA
Centro de Neuropsicologia Aplicada
03 e 04 de Junho
UFRJ Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 295-3796
Fax: (21) 541-6492

II ENCONTRO DE FENOMENOLOGIA E
ANÁLISE DO EXISTIR
**SOBRAPHE-FENPEC / Universidade
Metodista de São Paulo**
08 a 10 de Junho
UMESP São Bernardo do Campo/SP
Tel.: (11) 3872-7596
E-mail: sobraphe@angelfire.com

II CONGRESSO LATINO AMERICANO DE
PSICOLOGIA JUNGUIANA - INSTITUIÇÃO:
SOC. BRAS. PSICOLOGIA ANALÍTICA
Fundación C. G. Jung Del Uruguay
- Assoc. Junguiana do Brasil
21 a 24 de Junho
Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 286-5924 266-4942
havastours.brazil@pobox.com.br

CONGRESO MUNDIAL DE BIOÉTICA
20 - 24 de Junho
Gijón - España
Tel: +34 985 17 60 06
Fax: +34 985 17 55 07
<http://www.bioetica.sibi.org>

LIVROS



A INSERÇÃO
E TRAJETÓRIA
DO PSICÓLOGO
NA INSTITUIÇÃO
HOSPITALAR
PSIQUIÁTRICA
NO ESTADO DO
PARÁ
- A busca de uma identidade / João
Bosco Monteiro; colaboração de Elisa da
Silva Feitosa - Belém: SPEP, 2000 - Tel.:
(91) 229-9316 - Fax: 249-1307

SOCORRO,
DOUTOR!

Atrás da barreira
tem gente!

Angela Amâncio
de Ávila - MG, Ed.
Atheneu, 1999
Tel.: 0800-267753



PSICANÁLISE E
UNIVERSIDADE
TEMAS CONEXOS
Textos apresentados
no I Evento Nacional
sobre psicanálise e
universidade.
Lúcio Alberto
Morzagão e outros.
Editora A.S. Passos, Tel/Fax 31 3812477

Revista



PSICOLOGIA:
TEORIA E
PRÁTICA
Faculdade de
Psicologia da
Universidade
Presbiteriana
Mackenzie – Vol. 1, n. 2, Jul./Dez. 1999
Tel.: (011) 236-8349 / 236-8451
E-mail: psicoclinica@mackenzie.br

Diversos

ANAIS DO II ENCONTRO
SOBRE PSICOLOGIA CLÍNICA
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Faculdade de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica São
Paulo, 1999

ANAIS DO VIII SEMINÁRIO
NACIONAL DO ENSINO DE
MEDICINA VETERINÁRIA,
Rio de Janeiro-RJ, 12 a 14 de maio
de 1999 - Brasília: Conselho Federal
de Medicina Veterinária, 1999

Linguagens

Poema de Vida e Morte

Dizer é viver
Calar é morrer
Falar é expressar
manifestar idéias...
Digo quando sinto
pulso, vivo...

Não poder dizer é sufoco
é massacre, é tortura... é morte
A mordada é corrente
que aprisiona, que sufoca,
que oprime

Deixe-me dizer
Deixe-me viver

Quando digo sei que existo
Quando calo, me anulo
Tudo fica obscuro
Se não manifesto
não sei se sou

Não poder ser é clausura,
dor, morte, angústia imensa

Se digo, vivo
Sei que sou,
sei que sei ou que não sei
Mas sei que existo
e poderei ousar... ir além

Está escrito: "no princípio era o verbo..."
E não fosse o verbo nada seria

Deixe-me falar
Deixe-me viver
Deixe-me ser o que sou
Ou deixe-me tão somente.

Ana Aparecida Rodrigues Bezerra
CRP-06

CFP critica abertura desenfreada de cursos

O ensino universitário privado no Brasil tem 12 mil cursos e milhões de estudantes. Nesse mercado, onde os empresários de ensino faturam bilhões anualmente, o controle da abertura de novos cursos não é muito criterioso. Somente na segunda semana de fevereiro deste ano, o Ministério da Educação recebeu 20 novos pedidos para abertura de cursos de Psicologia. Hoje, há cerca de 160 no Brasil, sendo 40 ainda não reconhecidos oficialmente pelo MEC.

O CFP, ciente da importância da formação dos profissionais de Psicologia, pediu ao MEC, na última semana de dezembro, uma lista das universidades e faculdades brasileiras que ministram cursos de Psicologia reconhecidos pelo ministério.

O resultado da listagem foi, no mínimo, insatisfatório, o que levou o CFP a alterar a Resolução no. 9, que dispõe sobre a inscrição no Conselho e solicitar diretamente às instituições de ensino a documentação referente à autorização do curso.

Agora, o formando terá, no máximo, dois anos para substituir o certifica-

do de colação de grau pelo diploma e, dessa forma, exercer a profissão legalmente. Antes, o prazo para que a universidade emitisse o diploma era de três anos. “É uma maneira de o Conselho se resguardar de instituições duvidosas”, explica o conselheiro-tesoureiro José Carlos Tourinho. Vale ressaltar que as inscrições realizadas com certificado de colação de grau terão caráter provisório, sendo identificadas dessa maneira em todos os documentos

Cursos ilegais

A assessoria jurídica do CFP levantou casos que merecem ação por parte do MEC. Apesar da atual legislação não permitir que cursos sejam abertos por decreto de governadores, nos estados de Santa Catarina e Minas Gerais foram abertos cursos de Psicologia utilizando esse método.

A facilidade com que são abertas instituições de ensino no Brasil faz com que os casos de Minas e Santa Catarina não fiquem isolados. A Comissão de Especialistas do MEC deu parecer contrário à instalação de cursos

de Psicologia nas cidades de Foz do Iguaçu, Recife, Aracaju e Maringá. No entanto, o parecer do relator do processo foi favorável e os cursos foram instalados.

Legislação flexível

Hoje, a legislação que rege a criação de cursos no Brasil é bastante generosa com os empresários do setor de educação privada. As universidades têm autonomia para criar cursos. Para isso, basta seguir as normas gerais da União e depois de três anos os cursos têm que ser obrigatoriamente homologados pelo MEC. Caso isso não ocorra estarão operando irregularmente.

Já as faculdades, além da homologação do curso, dependem de uma aprovação prévia do MEC.

Por lei, também, os cursos de Psicologia, Odontologia e Medicina têm que ser submetidos à prévia avaliação do Conselho Nacional de Saúde. Manter o nível de qualidade dos profissionais de Psicologia que pretendem entrar no mercado de trabalho, antes de ser uma obrigação, é uma meta do CFP.

Anuidade

Vence dia 31 de março o prazo para o pagamento da anuidade sem multa. Os psicólogos devem efetuar o pagamento nas agências bancárias indicadas ou procurar seu Conselho Regional.

